

# Brasil, um país da impunidade?

Familiares de vítimas de crimes contra a vida lutam para que esses casos tenham um desfecho, mas muitos acabam sendo esquecidos

REPORTAGEM

Rochane Carvalho

rochane.anjos@gmail.com



Arte: Laura Tonal Pithan

MAIO, 2022 BASTIDORES



ILUSTRAÇÕES

Laura Tonal Pithan

Paula Sophia Rosa

**E**m 2020, do total de 44.205 mortes violentas reportadas pelos boletins de ocorrência no Brasil, 83% foram caracterizadas como homicídios dolosos, ou seja, com intenção de matar; 12,8% aconteceram em decorrência de intervenção policial em serviço ou fora da hora de trabalho; 2,9%, em latrocínios ou roubo com morte; e 1,3% foram identificadas como lesão corporal seguida de morte, segundo o **Fórum Brasileiro de Segurança Pública** (FBSP). Porém, o que chama atenção nesse cenário é a baixa solução desses crimes.

Alto Desempenho

Médio Desempenho

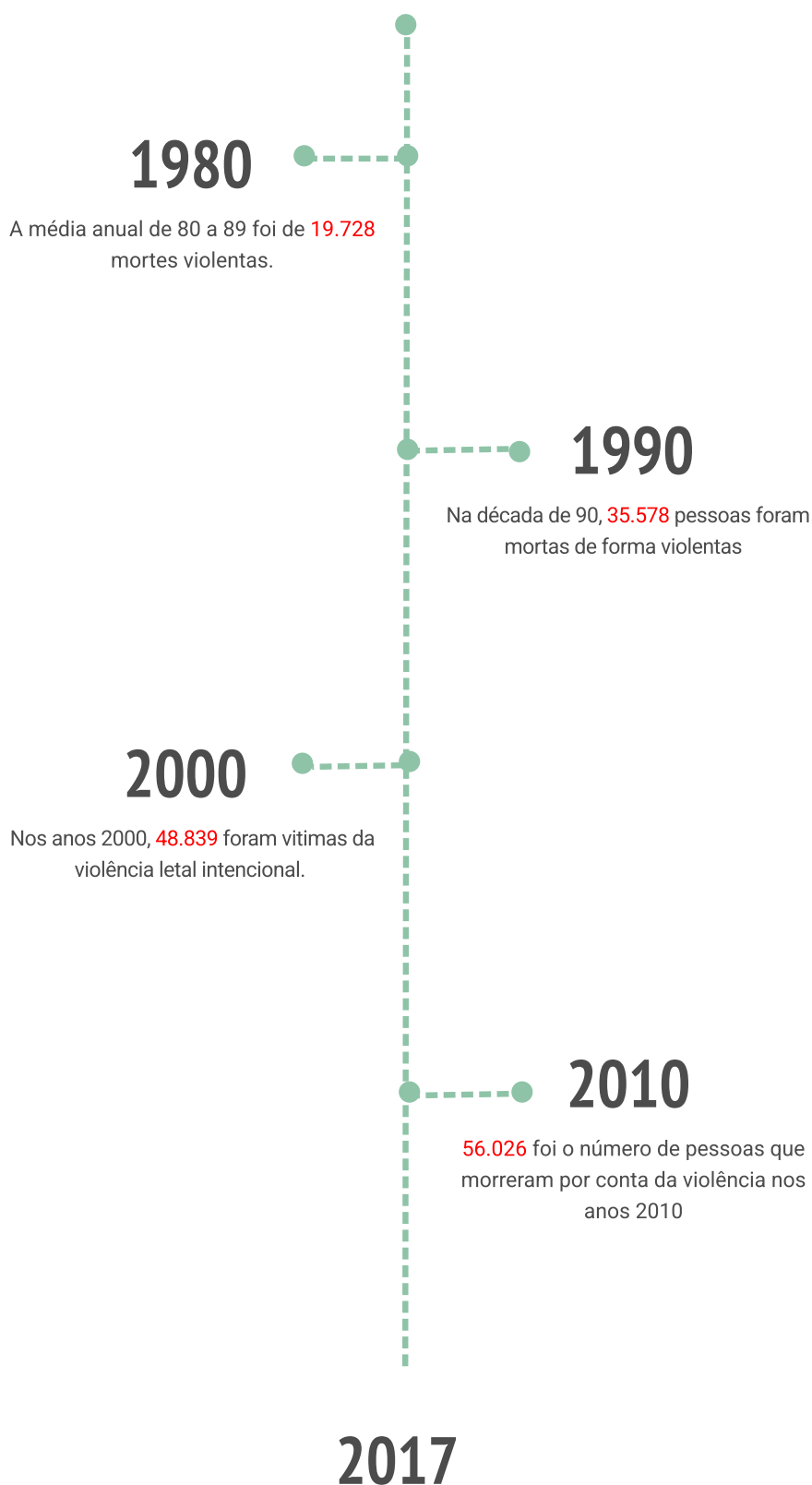
Baixo Desempenho

Sem Dados

Desempenho no esclarecimento de homicídios | Fonte: Instituto Sou da Paz

# MÉDIA HISTÓRICA DE MORTES

A violência letal intencional no Brasil teve um aumento significativo a partir dos anos 1980. Desde então, mais de 1 milhão de pessoas foram vítimas de mortes violentas intencionais no país.



Dados referentes a 2017 mostram que este foi o ano mais violento da história do Brasil. Foram registradas mais de 64 mil casos de morte violenta intencional no território nacional.

---

## Média Histórica de Mortes Infogram

# quais são os crimes esquecidos e por quê?

De acordo com a socióloga Letícia Schabbach, integrante do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a não resolução de crimes tem relação direta com a posição social da vítima e do agressor. “Crimes mais esquecidos geralmente são os que as vítimas são mais vulneráveis, então não se investe tanto na investigação deles porque a repercussão é menor. Quanto mais próximo da classe popular os envolvidos estão, mais esquecidos, menos investigados e mais impunes são os crimes”, explica.

Segundo Letícia, em décadas passadas, como as cidades e as populações eram menores, aconteciam menos homicídios, e a comoção era maior. Mas com a proliferação dos crimes contra a vida, principalmente aqueles ligados ao tráfico de drogas, o esquecimento e a impunidade aumentaram. “Na medida que houve um aumento e se vive um processo de banalização das mortes, a falta de priorização na investigação e na punição dos culpados faz com que essa sensação de esquecimento seja maior, mas às vezes não há nem tempo e nem possibilidade deles serem esquecidos, porque muitas vezes não chegam nem ao conhecimento do público.”

E isso tem relação com construções históricas da diversidade de acesso a direitos, como explica a professora de história da UFRGS, com experiência em pesquisas nas áreas da história do crime e da justiça criminal, Cláudia Mauch. Conforme a pesquisadora, a impunidade não é algo genérico. “Se tu olhar para o sistema penitenciário, existe muita punição no Brasil, existe muito encarceramento. Então tem a ver com políticas de Estado que estão vinculadas a quais os crimes que serão resolvidos, e essas construções que temos foram sendo criada historicamente assim.”

Ainda segundo os estudos do Instituto Sou da Paz, é possível analisar que, apesar das cadeias superlotadas, pessoas presas por homicídios representam menos de 10% da população prisional no Brasil. E, em 2020, mais de um terço das pessoas presas no país aguardavam julgamento. Eram mais de 240 mil presos provisórios. Isso faz com que a luta das famílias por justiça se estenda.

Sobre as dificuldades que o processo de solução criminal enfrenta, o professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS) e advogado criminalista Marcelo Peruchin pondera que um dos motivos para que isso aconteça é a falta de agilidade no encaminhamento dos inquéritos para o poder jurídico. “No Brasil, ainda há uma dificuldade da polícia judiciária, da polícia civil, da



polícia federal, mas muito maior das polícias civis e nos estados, para esse envio. O que explica que o número de presos que aguardam o desfecho do seu processo seja tão alto.”



Arte: Paula Sophia Rosa

## LEIA MAIS

- **Sobreviventes na capital alto-astral:** quase quatro mil pessoas vivem em situação de rua em Porto Alegre
- **Um exército de invisíveis:** no Brasil, 23 milhões de pessoas não possuem um trabalho decente

## Realidade no cotidiano



Denise ainda espera por justiça para a morte do filho, Luciano Júnior, que foi morto quando voltava do trabalho em 2018 | Foto: Arquivo Pessoal

Sempre muito reservada, a auxiliar administrativa Denise Dutra, 42 anos, viu a morte de seu filho ser estampada nas páginas policiais do dia para noite. Luciano Júnior Dutra de Carvalho,

de 19 anos, foi **vítima de um latrocínio**, em agosto de 2018, em Gravataí, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Ele retornava do trabalho, por volta das 19h, quando foi abordado por um assaltante e acabou sendo atingido com um tiro à queima roupa. De acordo com a mãe, ele, que era seu filho mais velho, chegou a ser socorrido, mas morreu no hospital. O inquérito já foi finalizado e, segundo Denise, aponta para homicídio e roubo qualificado, que é aquele que gera lesão grave ou morte. Ela agora espera ter o consolo de ver o autor condenado.

“O réu tá ali, então por que toda essa demora? Isso incomoda, tortura”

DENISE DUTRA, mãe de Luciano Júnior, que foi assassinado em um assalto em 2018

Em setembro daquele ano, após a repercussão do caso, o suspeito confessou o crime. Porém, seguiu em liberdade por não ter sido pego em flagrante. A prisão preventiva só foi decretada em outubro e, em novembro, o suspeito foi preso em Bagé, na região sul do Rio Grande do Sul. Segue preso desde então, mas sem uma decisão definitiva. Denise diz que a espera por justiça é um processo doloroso.

“Pra mim, que acompanho o caso, bateu uma ansiedade muito grande. Eu não entendo de prazos, mas tu vê, parece que tá tudo tão encaminhado, então por que que não vai mais rápido?”, questiona Denise. “As oitivas já foram feitas, o réu tá ali, então por que toda essa demora? Isso incomoda, tortura.” Oitiva é o nome dado ao ato de ouvir as testemunhas, ou as partes de um processo judicial. Quatro anos depois do crime, a promessa é que o julgamento tenha início no primeiro semestre de 2022, mas não há garantias de que isso vá acontecer. Com a delonga, Denise diz que sente como se tivesse que se preparar novamente para reviver a morte do filho, prolongando o sofrimento. E, no meio de toda essa angústia, ela relembra quem era o Júnior.

0:00 / 2:37

Denise relembra a relação com o filho

Nesses anos de espera, Denise escreveu um livro em parceria com o escritor e jornalista Renato Dornelles, com quem teve contato durante a cobertura policial da morte de Júnior. O intuito de publicar *Mãe, Amor e Justiça* foi ajudar outras mulheres que passaram pela mesma experiência com seus filhos e mostrar que é preciso lutar por justiça.

Para Renato, repórter experiente da editoria de segurança, apesar das condições precárias que policiais enfrentam, o trabalho da mídia e a repercussão influenciam na solução dos casos. O jornalista estava de plantão na noite em que um dos crimes mais famosos do Rio Grande do Sul aconteceu – o assassinato do deputado estadual José Antonio Daudt em junho de 1988.



# O Caso Daudt

O crime que chocou o estado também está sem solução há 34 anos. O também deputado estadual Antônio Carlos Dexheimer Pereira da Silva foi o único suspeito denunciado, mas foi absolvido por falta de provas. O crime acabou prescrevendo em 2008. A diferença é que ele não foi esquecido. Parece haver um empenho para que esse caso fique na memória apesar de já ter passado tantos anos. “Quando é um crime de repercussão, como um deputado, morador do bairro Moinhos de Vento, radialista, pessoa famosa, isso acontece. Mesmo não tendo sido solucionado, quando tem uma data fechada, esse crime é lembrado”, explica Renato. Ao passo que outros são deixados de lado. “Uns realmente se resumem a dois parágrafos, às vezes nem dois. Às vezes uma nota de um parágrafo”, completa.

A socióloga Letícia faz uma comparação em relação à impunidade entre o caso Daudt e o da vereadora do Rio de Janeiro assassinada em março de 2018, Marielle Franco. A morte da parlamentar segue sem resposta para a pergunta: “Quem mandou matar Marielle?”. Para ela, nesses casos, a impunidade está relacionada com a classe social do agressor. “São crimes que têm em comum a questão de que os prováveis agressores suspeitos são pessoas de posse, com uma posição econômica e de classe alta.”



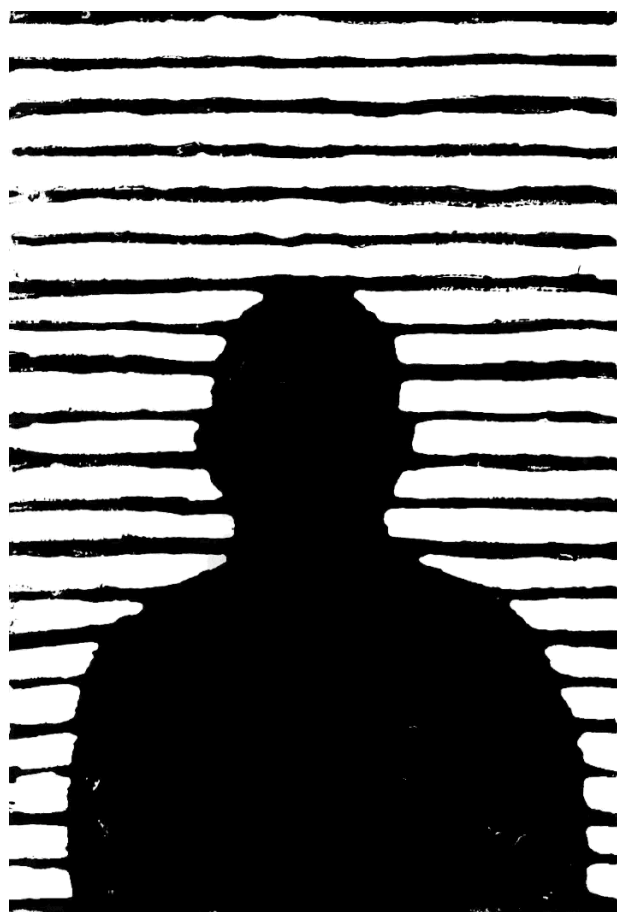
Mortes dos políticos Daudt e Marielle ainda não puderam ser explicadas | Fotos: Ednir M. Santos/Memorial do Legislativo e Renan Olaz/CMRJ

A demora no desfecho de todos esses crimes leva a um destino certo de esquecimento, a prescrição. Isso acontece quando o Estado perde o poder de punir em virtude do tempo. “A maioria dos países entende que não seria adequado que o poder punitivo fosse eterno e infinito, ou seja, que é razoável que exista um tempo em que esse poder punitivo seja exercido”, explica o advogado Peruchin. O que determina em quantos anos um crime pode prescrever é o tempo de pena previsto, portanto, quanto maior é a pena, maior o tempo para prescrição.

De acordo com ele, ao longo dos anos, o Estado tem se organizado para diminuir o risco de prescrição mesmo dos crimes de pena baixa. Peruchin explica que em 2010 houve uma reforma na legislação brasileira que acabou com a possibilidade da prescrição retroativa, aquela que

ocorre antes do recebimento da denúncia. Portanto, a prescrição começa a correr só quando for iniciado o processo e recebida a denúncia.

Para o criminalista, uma das alternativas para a melhora do desempenho investigativo nacional é, além da informatização dos processos que já vem sendo feita, o investimento do Estado para que problemas como a falta de estrutura tecnológica e falta de efetivo possam ser amenizados. Entretanto, um **levantamento feito pelo FBSP** para tentar entender a dificuldade de implantação do Sistema Único De Segurança Pública (SUSP), projeto aprovado pelo governo federal em 2018 que tinha como objetivo reduzir o número de crimes violentos no país e aumentar a taxa de esclarecimento, deixa clara a dificuldade do poder público em implementar medidas eficazes. Os dados indicam que, até fevereiro de 2021, Amazonas, Pará, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro não tinham planos estaduais de segurança pública e defesa social, condição legal para continuarem a receber recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Além disso, outros 22 estados tinham planos, mas apenas Acre, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Sergipe formalizaram os seus documentos junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e estavam, tecnicamente, aptos a receber os recursos do FNSP.



Arte: Paula Sophia Rosa

Baseado em todo esse cenário, o Instituto Sou da Paz elaborou um *Guia de Boas Práticas em Esclarecimentos de Homicídios*. O objetivo da publicação é mostrar a importância de esclarecer homicídios. Retirar de circulação indivíduos que já cometeram diversos homicídios, por exemplo, na visão do Instituto, contribui para evitar mais mortes. Além disso, o guia aponta que quanto maior a chance de punição, mais a prática de homicídios é inibida. Mas é necessário que essa punição seja rápida, pois pode ser que potenciais homicidas ou a comunidade não relacionem tal medida a um crime praticado muitos anos antes. Outro fator elencado é que o não esclarecimento de um homicídio pode levar a uma espiral de violência envolvendo familiares e amigos da vítima, que buscarão justiça por seus próprios meios. E, por último, o guia afirma que a identificação e a responsabilização de homicidas incentivam a colaboração de testemunhas.

É direito básico de todo brasileiro o acesso à verdade, à memória e à justiça. E a incapacidade do Estado Brasileiro de solucionar crimes enfraquece a confiança da população. “As pessoas deixam de acreditar na justiça. E a descrença na justiça, junto com essa ideia de impunidade e de esquecimento, faz com que as pessoas acabem apoiando fazer justiça com as próprias mãos”, explica a historiadora Cláudia.